

Chico Otavio Vera Araújo

Mataram Marielle

Como o assassinato de Marielle Franco e Anderson
Gomes escancarou o submundo do crime carioca



Copyright © Chico Otavio e Vera Araújo 2020

PREPARAÇÃO

Kathia Ferreira

REVISÃO

Eduardo Carneiro

Camilla Savoia

CHECAGEM

Rosana Agrella da Silveira

ILUSTRAÇÃO DE CAPA

Linoca Souza

CAPA E MIOLO

Túlio Cerquize

REVISÃO DE E-BOOK

Carolina Andrade

GERAÇÃO DE E-BOOK

Joana De Conti

E-ISBN

978-65-5560-039-1

Edição digital: 2020

1ª edição

Todos os direitos desta edição reservados à

Editora Intrínseca Ltda.

Rua Marquês de São Vicente, 99, 3º andar

22451-041 – Gávea

Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

www.intrinseca.com.br

Sumário

[Avançar para o início do texto]

Capa

Folha de rosto

Créditos

Mídias sociais

1. “Quem matou Marielle e Anderson?”

2. O jogo de xadrez no PSOL

3. As testemunhas que a polícia não viu

4. Uma delação sem prêmio

5. Escritório do Crime

6. O “Trinca-Ferro” e a pasta vermelha

7. Disputas, vaidades, mortes

Epílogo: Marielle presente

Fotos

Sobre os autores

Leia também

1.

**“Quem matou Marielle e
Anderson?”**

“Uma rajada. Uma única rajada de um segundo. Os vidros explodindo e os estilhaços vindo num jato. Como se uma onda gigantesca de vidro tivesse se quebrado do meu lado. Me enrolei e abaixei num movimento imediato, como um caracol, junto às pernas da Marielle. Um silêncio absoluto, interrompido por um ‘ai’ do Anderson. Meu corpo queimava como se tivesse sido açoitado por mil chicotes de uma vez.”

ÚNICA SOBREVIVENTE DO ATENTADO, FERNANDA, ENTÃO CHEFE DE GABINETE DE MARIELLE FRANCO, LEMBRA O MOMENTO EM QUE A VEREADORA E SEU MOTORISTA, ANDERSON GOMES, FORAM ASSASSINADOS

Já em casa, durante o banho, a jornalista Fernanda Chaves passou os dedos trêmulos por entre os fios dos cabelos e constatou, horrorizada, que havia ali fragmentos de bala. Única sobrevivente da emboscada em que a vereadora Marielle Franco foi assassinada, juntamente com seu motorista, Anderson Gomes, Fernanda entrara no chuveiro com partes do corpo ainda manchadas pelo sangue da amiga, sua madrinha de casamento. Atônita, não parava de repetir:

Esse crime não faz sentido. Esse crime não faz sentido.

Na cabeça de Fernanda, chefe de gabinete da parlamentar, misturavam-se as cenas de terror que acabara de presenciar, entre as nove e as nove e meia da noite, no bairro do Estácio, Zona Central do Rio de Janeiro. A execução à queima-roupa da quinta vereadora mais votada no município nas eleições anteriores e a morte de Anderson, que dirigia o carro no qual os três estavam, provocariam uma indignação que correria o país e diversas partes do mundo na forma de uma pergunta simples, mas sem resposta: “Quem matou Marielle e Anderson?”

Ao acordar naquele 14 de março de 2018, uma quarta-feira, o último dia de sua vida, a socióloga Marielle Franco, 38 anos, deu um salto da cama. Vestiu uma roupa de ginástica e foi com a mulher, a arquiteta Monica Benicio, até a academia, a cerca de 500 metros de sua residência. Elas moravam numa rua arborizada da Tijuca, na Zona Norte, em uma casa de vila com três quartos, sala, cozinha e banheiro.

— Tivemos um momento só nosso naquele dia — lembra Monica. — Acordei de madrugada por causa de um pesadelo. Fiquei fritando na cama. Marielle acordou. Fizemos sexo. Voltamos

a dormir e quase perdemos a hora. Seria um dia cheio.

As duas se separaram depois da malhação. Monica foi para a sua sessão de terapia e Marielle pegou o rumo da feira do bairro, na rua Visconde de Figueiredo, como fazia em todas as quartas. Com seus vestidos floridos, o porte elegante e um corpo talhado à base de exercícios quase diários, a carioca, negra e de sorriso largo, chamava a atenção de clientes e feirantes. Como, aliás, em qualquer ambiente em que aparecesse. A busca por frutas e legumes frescos tinha se intensificado e agora eles eram parte importante de sua dieta — além, é claro, da tapioca — desde que passara a sofrer com refluxos provenientes de uma hérnia de hiato.

— Ela parava num monte de barraca para provar as frutas. Demorava um tempão e eu não tinha paciência nenhuma. Marielle amava isso — conta Monica, que, por causa do horário da terapia, deixara de preparar as marmitas que as duas levavam para o trabalho.

E quem teve de ir para a cozinha naquele dia foi Marielle. Alimentos cozidos e pesados cuidadosamente, seguindo as instruções da nutricionista, e as marmitas estavam prontas. Após arrumar-se, a parlamentar entrou em seu Space Fox azul-escuro e dirigiu até o Palácio Pedro Ernesto, sede da Câmara Municipal, na praça Floriano, região histórica do Centro conhecida como Cinelândia. Filiada ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), uma legenda de esquerda, Marielle fora eleita com 46.502 votos válidos em outubro de 2016 para a legislatura 2017-2020. Ela se filiara ao partido em 2007, mas, por uma falha no sistema da Justiça Eleitoral, teve o registro cancelado quase três anos depois. Para ter sua ficha inserida no sistema e poder candidatar-se, foi necessário recorrer a uma ordem judicial.

Naquela manhã, Marielle e Monica combinaram que se encontrariam mais tarde, no próprio gabinete da parlamentar, quando a arquiteta tentaria concluir um projeto iniciado havia algum tempo no local. Entrando em sua sala na Câmara, a de número 903, Marielle deu início a uma série de reuniões. Com a chegada de Monica, por volta de uma da tarde, elas almoçaram ali na sala mesmo, perfumada por incenso de pau-santo, usado em rituais indígenas para eliminar energias negativas. Monica se comprometera a encontrar uma solução arquitetônica para a instalação tanto de um painel de comunicação no gabinete da companheira quanto de alguns nichos na parede, à guisa de prateleiras, para os objetos da “mandata” — no feminino, como a vereadora costumava se referir ao seu mandato. Marielle era obcecada por organização. Seu local de trabalho era repleto de advertências para os visitantes. Na “copinha” do café, por exemplo, havia o tradicional “Manter a louça limpa”.

— Na verdade, sempre fui mais chata do que ela nisso — lembra Monica, brincando, mas com os olhos marejados. — Quando cheguei e vi, repleto de papel, o armário que montei para guardar os objetos pessoais dos funcionários e a mesa de reunião cheia de bolsas, fui eu que tive um ataque. Ao mesmo tempo, eu ria da situação, porque eles pensavam que a mais organizada era ela. Eu dizia a Marielle que ia chamá-los lá em casa para verem a bagunça que ela fazia.

A porta de seu amplo gabinete estava sempre aberta. Passando pelas mesas dos assessores, chegava-se a uma mesa grande, de reuniões, e à sala de Marielle. De sua janela, a vereadora via a praça Floriano e as duas emblemáticas construções erguidas em seu entorno, além da própria Câmara em que atuava: o Theatro

Municipal e a Biblioteca Nacional, na época coberta por uma gigantesca tela devido a uma reforma. Logo na entrada de seu local de trabalho, um aviso mostrava por que Marielle conseguira alçar à posição de vereadora: “Lugar de mulher é onde ela quiser”. Era um gabinete barulhento mas harmonioso, e ela sabia que daquele espaço — formado por mulheres, pertencentes ou simpatizantes da comunidade LGBTQIA+, pessoas negras e lideranças comunitárias — poderiam sair multiplicadores de seu projeto em prol da defesa dos direitos humanos e da igualdade social das minorias.

A vereadora, que tinha fama de ser uma das últimas pessoas a deixar a Casa todas as noites, era carismática e assertiva em suas falas na tribuna. Homofobia e sexismo, por exemplo, temas que envolviam sua agenda parlamentar, levavam-na a manter acaloradas discussões no plenário. Não por acaso conquistara a presidência da Comissão de Defesa da Mulher. Contudo, mesmo estando sempre às voltas com questões espinhosas, como as denúncias que fazia sobre os abusos praticados por policiais militares nas regiões vulneráveis, nunca se soube que ela sofresse ou houvesse sofrido ameaças de morte.

+++

De origem modesta, Marielle Francisco da Silva foi criada na Maré, um complexo de favelas na Zona Norte onde seus pais se instalaram em 1978, logo após o casamento. Sua mãe, a paraibana Marinete da Silva, morava em João Pessoa, mas como o marido, o carioca Antonio Francisco da Silva Neto, o Toinho, trabalhava no comércio de secos e molhados do pai na Maré, o casal partiu para o Rio. Toinho herdaria o pequeno empreendimento, mas ganharia a vida

também como pedreiro na construção civil, setor em expansão no Rio de Janeiro daquela década por conta de uma forte especulação imobiliária.

— Teve ano que trabalhei 364 dos 365 dias, só parando no Natal — lembra Toinho, detalhando que as filhas, primeiro Marielle e depois Anielle, nasceram ali mesmo na Maré, com uma diferença de cinco anos entre elas.

Marinete se formou em direito em João Pessoa, e Toinho conta que quando ela fez um curso de especialização numa universidade de Bonsucesso, já na Zona Norte do Rio, estava grávida de Marielle.

— Acredito, inclusive, que essa liderança da minha filha era em função de ela frequentar os bancos universitários ainda na barriga da mãe — diz Toinho, sorrindo. — Ela sempre foi muito estudiosa. Sempre soube o que queria.

Dona Marinete confirma:

— Minha menina sempre gostou de ler. Sempre foi danadinha.

Toinho acrescenta que, depois de formada, sua mulher passou a dar aulas de reforço de português e a primogênita a acompanhava:

— Marielle era uma espécie de estagiária dela. A ideia da mãe sempre foi aproximar as filhas da universidade. Com esforço, Marinete conseguiu formar as meninas. Marielle formou-se em ciências sociais. Ane [Anielle] fez letras, especializando-se em inglês e chegando a morar fora do país.

Dona Marinete detalha que ambas frequentaram excelentes universidades. Marielle estudou na PUC, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e Ane se formou pela Uerj, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E prossegue, com os olhos cheios d'água:

— Marielle se metia em tudo, tinha personalidade forte, aliás,

essa é uma característica das mulheres da minha família. Começou tudo muito cedo. Como sempre foi espichada parecia ter mais idade do que realmente tinha.

Aos 19 anos, Marielle daria à luz Luyara Santos, fruto de seu primeiro casamento, com Glauco Santos, um jovem da favela. Era 1998 e a jovem mãe começaria a frequentar a primeira turma do Curso Pré-Vestibular surgido na Maré, uma cria do projeto desenvolvido pelo Ceasm (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré), ONG de grande impacto no cotidiano da juventude local. Mais tarde, Marielle teria forte atuação no Ceasm, afinada com os ideais da entidade de valorizar a cidadania, as ações solidárias e o respeito às diferenças. Enquanto se preparava para o vestibular, ajudava no sustento da família fazendo lotada de passageiros em Kombi, o que continuou a fazer ao longo dos anos de faculdade, na qual foi admitida em 2002, com bolsa integral. Nesse mesmo ano separou-se do pai de Luyara. Tenaz e com princípios bem definidos, em pouco tempo tornou-se liderança na favela.

Marielle também trabalhou como camelô, assistente de creche e dançarina de funk. Em 2007 entrou para a ONG BrazilFoundation, integrando a equipe de monitoramento de diversas organizações sociais espalhadas pelo país. Sua dissertação de mestrado em administração pela UFF (Universidade Federal Fluminense) criticaria a política pública adotada em 2008 no Rio de Janeiro pela Secretaria de Segurança, que instituiu nas favelas as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), polícias que buscavam identificar e desarticular as organizações criminosas ali instaladas estabelecendo vínculos com as favelas. Apresentada em 2014, a dissertação defendia a tese de que tal política tinha “o objetivo de conter os insatisfeitos ou ‘excluídos’ do processo, formados por

uma quantidade significativa de pobres, cada vez mais colocados nos guetos das cidades e nas prisões”.

Os pais de Marielle estão aposentados, mas a mãe continuou a advogar na área da Previdência após a morte da filha.

— Não há um dia que eu não chore. É muita dor! — diz dona Marinete, que mantém uma espécie de santuário a Nossa Senhora Aparecida num canto da sala do apartamento em que o casal mora, em Bonsucesso.

+++

Motorista vinculado ao aplicativo Uber, Anderson Pedro Gomes, de 39 anos, fora contratado por Marielle havia cerca de um mês, em substituição ao motorista dela, de licença médica. Naquele que seria seu último dia de vida, Anderson avisara Marielle que chegaria atrasado ao trabalho. Ele precisava entregar de manhã documentos num guichê da companhia aérea TAP, no Aeroporto do Galeão, pois estava pleiteando uma vaga de mecânico de aeronave na empresa. Anderson acalentava o sonho de ser aeronauta, como o pai, já falecido. Morava no Engenho da Rainha, na Zona Norte, com a mulher, Agatha Arnaus Reis, e o filho do casal, Arthur, de 1 ano e 10 meses. Como o menino precisava de atendimento especial devido a um problema congênito e a mãe não tinha horários flexíveis no trabalho, Anderson se desdobrava entre os cuidados com o filho e as corridas de carro, suspensas naquele momento por ter fechado contrato de 90 dias com Marielle.

Naquele 14 de março de 2018, Anderson também estivera ocupado pela manhã pegando emprestado com os familiares dele um colírio para a filha adolescente de Marielle, então com

conjuntivite. Havia um surto da doença na cidade e o remédio estava em falta nas farmácias. A mando da mãe, a jovem fora para a casa da avó materna, a fim de evitar contaminar a vereadora. Afinal, havia muito trabalho “na mandata” e não dava para ficar doente. Quando Anderson chegou à Câmara dos Vereadores, naquela tarde, encontrou a vaga de Marielle livre para estacionar seu Chevrolet Agile branco. Monica já tinha ido embora levando o carro da companheira, após almoçar e rabiscar algumas planilhas, e a chefe de gabinete, Fernanda, braço direito da parlamentar, chegara logo depois. Ela relembra:

— Marielle estava atendendo algumas pessoas. O mandato era sempre assim, agitado. Parte da equipe saía mais cedo para arrumar o local do debate na Casa das Pretas e posicionar os equipamentos para os registros e tal.

Espaço coletivo de mulheres negras no número 122 da rua dos Inválidos, na Lapa, Zona Central da cidade, a Casa das Pretas era usada para debates e acolhimento. Naquela noite, Marielle seria a mediadora do tema Jovens Negras Movendo as Estruturas, um evento promovido pelo PSOL.

— Eu [estava] fechando um artigo para o *Jornal do Brasil* — continua Fernanda, referindo-se a um texto escrito por Marielle que ela revisava. — O plenário, naquele dia, tinha “caído” [sido suspenso]. Mas em algum momento houve uma chamada e Marielle desceu, não me recordo exatamente para quê, e a sessão acabou acontecendo. Fiquei batendo o texto.

No fim da tarde, Marielle, Fernanda e mais três funcionários — os assessores Elaine Guimarães, Renata Souza e Jackson — acertaram os últimos detalhes dos projetos que entrariam em pauta ainda naquela semana. Naquele dia Fernanda assumira a chefia do

gabinete da parlamentar, função que vinha sendo cumprida por Renata — havia algum tempo Marielle decidira fazer um revezamento anual do cargo entre os assistentes para que todos passassem por essa experiência. Terminada a reunião, Elaine continuou no gabinete, enquanto a vereadora, Renata e Jackson desceram e chegaram à calçada 39 minutos depois do horário em que já deveriam estar no debate, previsto para iniciar às seis. Jackson (apelido do designer gráfico José Roberto Anastácio), que não participaria do evento, foi embora. Nesse momento, chegou o assessor Nelson de Souza Teles, que combinara pegar carona com elas até a Casa das Pretas.

Anderson tirou o veículo da vaga e piscou o farol, sinalizando que encostaria próximo à porta lateral da Câmara. A parlamentar, Renata e Nelson entraram no carro e seguiram para a Lapa, onde só conseguiram desembarcar às sete horas porque o trânsito estava pesado. Responsável pela agenda política da vereadora, Elaine deixou a Câmara às oito da noite e foi para casa.

— Fui a última a sair, tranquei o gabinete — conta Fernanda. — Cheguei a pensar em não ir mais ao debate, pois chegaria lá no fim. Mas tinha um táxi desembarcando uns passageiros na portaria da Câmara, aí entrei e segui para a Lapa. Peguei os últimos 20 minutos do evento.

+++

O debate, transmitido ao vivo pelas redes sociais, seria a última aparição de Marielle em público. Sentada em roda com as participantes, vestindo uma camiseta azul-marinho e uma calça larga, tipo pantalone, de motivos florais, ela dera início às

discussões lembrando seu ingresso na Faculdade de Ciências Sociais da PUC, anos antes. Havia pouquíssimos negros em universidades, menos ainda oriundos de favelas, como Marielle.

— Quando chego à PUC em 2002 — relatou então na Casa das Pretas —, a minha perspectiva vinda de um pré-vestibular comunitário era o da mulher favelada. Quem passou pela Maré sabe do lugar do mareense. A gente chegava muito mais como aquele corpo que vai ocupar um lugar, usufruir de um ensino de qualidade, que, apesar de não ser público, era meu: o lugar da mulher negra, favelada. Essa [caminhada] é uma construção. Então eu entro no Departamento de Ciências Sociais, que não se apropriou de homens e mulheres negros que passaram pela nossa história.

A socióloga deixava claro que estava ali para mostrar que era possível uma preta, como gostava de se definir, chegar à universidade e alcançar um lugar no Parlamento. E mais: sendo casada com uma mulher e tendo uma filha de um relacionamento heterossexual. Ela enfatizava a palavra “aceitação” quanto à beleza natural da negra — desde a valorização dos cabelos cacheados à ocupação de espaços na política.

— Às mulheres que fortalecem! Quero mais ouvir do que falar. A gente não faz nada sozinho. A todas que constroem esta “mandata” — exclamou, como se brindasse. — O mandato de uma mulher negra, da periferia, precisa estar pautado junto aos movimentos sociais e à sociedade civil organizada, [junto] a quem está fazendo [algo] para nos fortalecer naquilo que a gente, objetivamente, não se reconhece, não se encontra, não se vê. A negação é o que eles apresentam como nosso perfil. Não é à toa que os índices de homicídio, de feminicídio e de estupro contra o nosso corpo, infelizmente, aumentam.

Ao finalizar o encontro, Marielle leu uma frase em inglês e em português da feminista lésbica caribenho-americana Audre Lorde, registrada num caderninho sobre suas pernas. “Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas.” E emendou, com um semblante particularmente iluminado, segundo depoimentos posteriores dos que a ouviam, e sempre com seu sorriso, empurrando a plateia:

— Vamo que vamo, vamo junto ocupar tudo.

Ninguém ali sabia, mas lá fora, estacionado na rua dos Inválidos, a poucos metros da Casa das Pretas, havia um Cobalt prata no qual seus ocupantes aguardavam a vereadora sair da reunião. A película que revestia os vidros de suas janelas era tão escura que os transeuntes não conseguiam ver o interior. Pelo menos por duas horas, tempo do evento, os sujeitos ficaram ali dentro, com o motor desligado, num calor de verão cuja temperatura alcançava uns 33 graus, com sensação térmica bem mais elevada.

É necessário treinamento para manter uma tocaia sem interrupções, conforme os homens no carro faziam naquele momento — e esse foi um dos primeiros indícios que levariam os investigadores a supor que aquela fora uma ação planejada. Planejamento que costuma incluir, por exemplo, recipientes próprios para guardar urina, comumente encontrados em carros abandonados às pressas por pistoleiros de aluguel (infelizmente, ao menos no Brasil, não há histórico de descoberta de DNA por meio desses recipientes).

A placa do Cobalt seria captada por câmeras do tipo OCR (Optical Character Recognition), conhecidas como “radares inteligentes” e usadas para flagrar infrações de trânsito. Pelas imagens se descobriria depois não só de que bairro o veículo havia

partido, como o tempo que levaria para chegar à Lapa — esse seria um dos poucos rastros deixados pelos perseguidores de Marielle e Anderson. Mas, no início das investigações, sabia-se somente que o Cobalt passara pela região do Itanhangá, na Zona Oeste, e descera vagarosamente do Alto da Boa Vista até a Lapa. Essa lentidão também encorparia a hipótese da polícia de que se tratava de crime premeditado, provavelmente com alguém na Câmara passando informações aos ocupantes do carro acerca dos passos de Marielle. Nesse caso, como ela se atrasara no gabinete, seus perseguidores teriam sido alertados de que deveriam reduzir a marcha para poderem chegar à Casa das Pretas quase junto com Marielle, a fim de que a tocaia fosse o mais curta possível.

De fato, conforme captado por câmeras particulares instaladas em prédios vizinhos, o Cobalt prata chegou à rua dos Inválidos às 18h45, apenas 15 minutos antes do Agile. Sem vaga para estacionar, o motorista do Cobalt deu uma volta e parou o veículo na entrada de um beco a cerca de 20 metros da Casa das Pretas. Às 19h, Anderson chegou e, por falta de espaço, fez fila dupla com os carros estacionados rente ao meio-fio para que Marielle, Renata e Nelson pudessem desembarcar. Depois que elas desceram, por um triz Anderson não bateu no Cobalt, ao dar a ré para sair do meio da rua. Em seguida, ele foi em frente e aguardou num ponto mais distante uma oportunidade para deslocar seu carro para perto do local do evento.

Às 19h10 surgiu uma vaga em frente à Casa das Pretas, ocupada de imediato pelo Cobalt. Somente às 19h32 Anderson conseguiria uma vaga para o seu Agile, exatamente à frente do Cobalt. Veículo estacionado, ele desembarcou e andou um pouco pela calçada, caminhando ao lado do Cobalt sem imaginar que ali dentro havia

*image
not
available*

dos feministas. Naquele momento, naquelas últimas palavras da Mari comigo, falávamos com empolgação de Monica Francisco. Estávamos felizes porque ela havia topado o desafio [de tentar uma cadeira de deputada pelo Rio de Janeiro].

Ainda assim, o assunto era desgastante para Marielle, pois implicava mil conversas, mil reuniões e muita suscetibilidade. Fernanda achou que Marielle parecia aliviada com a decisão do comando do PSOL de anunciar na reunião do dia seguinte a solução encontrada para o quebra-cabeça que se formara dentro do partido por causa das eleições. Com as candidaturas definidas, o gabinete poderia concentrar a atenção em vários pontos do mandato, que estava a todo o vapor.

— Eu não poderia ir à reunião, teria de finalizar um relatório urgente da Comissão de Defesa da Mulher — recorda-se Fernanda. — Por isso no grupo de zap [WhatsApp] da coordenação Marielle perguntava quem poderia estar às dez horas com ela no partido. Olhei para fora, naquele movimento automático de me localizar no tempo e no espaço e mandar um zap para casa dizendo: “Chego em dez minutos.” Estávamos nos aproximando do largo do Estácio. Mari esboçou um som. Como se estivesse lendo algo interessante no celular ou vendo algo, talvez. Nada alarmante. Um “ué”.

+++

Cerca de três quilômetros separavam a Casa das Pretas do ponto do ataque, no largo do Estácio. Súbito, o Cobalt que vinha atrás do Agile branco investiu contra ele, imprensando-o numa curva da rua Joaquim Palhares, quase na rua João Paulo I, em frente a uma das saídas da estação Estácio do metrô.

*image
not
available*

deles tinha a menor dúvida de que havia sido uma execução sumária.

— Eu fiquei ali até tudo acabar, como uma espécie de guardião — relata ele, acrescentando que precisava se concentrar na difícil tarefa de avisar os familiares de Marielle e Anderson antes que eles soubessem do atentado pela mídia.

+++

Para poder ir ao encontro de Fernanda, seu marido tivera de deixar no apartamento de uma vizinha a filha pequena, a quem disse que a mãe sofrera um acidente bobo de carro com Marielle e Anderson e ele precisava ajudá-los. Assim, ao sair do Estácio e chegar em casa, enquanto Fernanda se preparava para tomar um banho e se ajeitar, pois não queria que a filha a visse com a roupa manchada de sangue, Marcelo foi pegar a menina na vizinha, que morava no mesmo prédio. Antes de entrar no banheiro, Fernanda tomou um calmante. Tentava raciocinar.

— A água quente, o sangue passando por minutos infindáveis pelo ralo. Meu corpo tinha microfuros e eu tomava cuidado para não me cortar com aquela areia de vidro que escorria junto com a água e o sangue. Ao entranhar meus dedos no cabelo [achei] um pedaço de cápsula, ou um estilhaço de bala, não sei o nome. Saí do banho com aquele pedaço de metal na mão.

Pouco depois, acompanhado do ouvidor da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, Pedro Strozenberg, Jackson bateu na casa de Fernanda a fim de avisá-la que ela fora intimada a comparecer na DH (Delegacia de Homicídios da Capital), na Barra da Tijuca, ainda naquela madrugada, para prestar depoimento. Amigo de Fernanda

evitar interagir remotamente e não divulgar a localização' são as premissas desse protocolo que tentamos seguir no último período. Não participar dos rituais de despedida de Marielle e estar longe das manifestações que se seguiram só não foi pior do que a noite de 14 de março. Ela foi arrancada de mim e eu fui arrancada do mundo dela. E os rituais tiveram que se dar solitariamente, aos poucos e de longe. E assim, respirando fundo, vamos seguindo a cada dia, com a ajuda de amigos, em terras distantes e acolhidos por quem também conhece a luta. E já está há muito nas trincheiras por justiça e direitos neste mundão. É com essa cicatriz enorme que tenho vivido.”

vencera as eleições pelo Partido Republicano para a prefeitura de Lajes, no interior do Rio Grande do Norte.

— Faço aqui um desafio ao PSOL. Espero que [o partido] defenda uma democracia inominada, de verdade, radical, assim como prega a “partida” — conclamou Schuma, empregando a palavra propositadamente no feminino, conforme Marielle a usava.

Para a militante, a candidatura da parlamentar seria a resposta a esse desafio:

— Ou o partido decide ou vamos lá para decidir.

Num momento em que as articulações partidárias começavam a crescer em todo o país tendo em vista as eleições de outubro de 2018, as mulheres do PSOL não queriam apenas discutir candidaturas. Queriam também interferir na política nacional. Marielle sintetizou o discurso da colega feminista:

— Agora, o chamado é que não decidam por nós. Ou vamos deixar que decidam por nós? O chamado é para ocupar os espaços de poder, de decisão, o lugar da centralidade.

Os homens, que não representavam 10% dos presentes, não tiveram voz nem participação no palco. As militantes queriam dar uma demonstração de força. Assim, saindo das pequenas rodas de conversa, a ideia de uma mulher negra como candidata ao Senado ganhou uma empatia generalizada naquela coletividade. E a escolha recaía naturalmente sobre Marielle, até aquele momento focada em seu mandato de vereadora. Mas a ansiada candidatura feminina ao Senado encontraria obstáculos. A começar pelo fato de que o PSOL tinha outros planos para aquelas eleições.

+++

que foram dispensados por Renato, síndico do empreendimento. Baleada, Valéria sobreviveria. Apesar de Freixo e a imprensa cobrarem da DHNSG (Delegacia de Homicídios de Niterói e São Gonçalo) empenho na apuração do crime, o caso só seria esclarecido 14 anos depois. Em 2020, o ex-policia militar e ex-vereador de São Gonçalo Fabio Soares Montibelo finalmente foi indiciado como um dos mandantes, junto com mais dois comparsas: o PM Marcelo dos Reis Freitas, também mandante, e o PM Alexandre Ramos, que seria o executor. Os dois PMs de fato haviam trabalhado como seguranças no condomínio de Renato.

Assumindo seu primeiro mandato de deputado estadual em 1^o de fevereiro de 2007, Freixo abraçou a causa dos direitos humanos e da redução das desigualdades, com destaque para a segurança pública e o combate ao crime organizado. Foi eleito mais duas vezes seguidas deputado estadual, sendo que em 2014 foi o mais votado do Brasil. Ganhou notoriedade ao criar um estafe na Assembleia Legislativa, durante seu primeiro mandato, com a tarefa de dissecar o avanço das milícias pelo estado fluminense depois que a imprensa denunciou, em 2005, a existência desses grupos paramilitares atuando nas favelas.

Formadas por policiais militares e policiais civis na ativa ou fora da corporação, agentes penitenciários, militares, bombeiros, políticos e civis, as milícias criaram um esquema de extorquir dinheiro dos moradores das favelas e impor severas regras de convivência, a pretexto de protegê-los da engrenagem do tráfico de drogas. Por isso instituíram o que chamavam de “taxa de segurança” — uma espécie de taxa do “eu te protejo de mim mesmo”, como Freixo costumava ironizar. E, aproveitando-se da quase total ausência do Estado nessas localidades, passaram a

conquistar na Câmara Municipal a relatoria da Comissão de Representação de Acompanhamento da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro. Em 16 de fevereiro daquele ano, um mês antes da morte da parlamentar, o presidente Michel Temer, do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), decretara intervenção na segurança pública do estado, com vigência até 31 de dezembro. A decisão de tirar a autonomia do governo fluminense decorrera não só do recrudescimento da violência na capital, mas também em outras cidades, com homicídios inclusive de policiais militares, assaltos, arrastões e roubo de carga nas estradas.

O PSOL condenava abertamente a intervenção federal por acreditar que a situação caótica na segurança pública estadual poderia agudizar com a entrada de militares em campo. Em sua página no Facebook, Marielle postou: “Nós temos lado e somos contra essa intervenção. Já nos posicionamos sobre isso. Sabemos que ela é uma farsa, com objetivos eleitoreiros.” Ter ficado com a relatoria do assunto tinha grande relevância para a parlamentar, que já passara pela traumática experiência de ver a favela da Maré ser ocupada militarmente entre 2014 e 2015 por ser considerada uma área de constantes conflitos. Com esse contexto político instaurado no Rio de Janeiro, somado ao jogo de xadrez armado no PSOL em torno das definições para a pré-campanha eleitoral, a cabeça de Marielle estava um turbilhão. Fernanda tenta sintetizar o impasse vivido pela amiga:

— Seria ruim [para ela] atuar num espaço [a Alerj] com outros perfis parecidos com o dela e no qual ela certamente não pegaria uma comissão. E onde o debate, inclusive o da segurança, é mais perigoso. Então já estava mais que decidido que ela não viria a deputada estadual, não era nem questão. [Mas] ela aceitaria uma

entre as duas legendas. Assim, só existia, de fato, uma vaga a ser disputada entre os psolistas para uma candidatura ao Senado. E havia um quase consenso entre eles de que o candidato a ser eleito internamente seria o deputado federal Chico Alencar. Com 29 anos dedicados à vida pública, tratava-se de um militante lendário com quatro mandatos consecutivos na Câmara Federal, além de ter cumprido dois mandatos como vereador e um como deputado estadual. Desde os tempos em que trabalhava no magistério como professor de história e dirigia a Associação de Moradores da Praça Saens Peña, na Tijuca, destacava-se pela coerência política. No dia do encontro Mulheres na Política, no auditório da ABI, o deputado estava em Brasília, mas o recado das feministas enviado para ele chegou lá.

Cerca de um mês antes do evento, Chico Alencar decidira consultar informalmente as bases do PSOL sobre uma possível candidatura sua nas eleições de 2018. Motivado por certa pressão para que mirasse a sucessão do presidente Michel Temer, resolveu definir seu destino pondo em votação também a ideia de concorrer ao Senado, seu real desejo. Ao totalizar os votos, constatou-se que 60% dos presentes preferiam vê-lo no Senado, contra 40% a favor da briga pela Presidência. A consulta foi realizada a dois quarteirões da ABI, na praça Mário Lago, mais conhecida como Buraco do Lume, tradicional ponto de manifestação política na cidade e de encontro, às sextas-feiras, de políticos e simpatizantes do PSOL para uma avaliação dos acontecimentos da semana.

— Seria uma experiência interessante — avaliaria Chico tempos depois. — Mas não havia nada definido para a disputa no Rio de Janeiro até ali.

Para o furacão feminista que varria o PSOL por aqueles tempos,

imposição do partido, já que poderia acabar “se queimando com a mulherada”. E comentou que Chico dificilmente conseguiria uma mulher para ser suplente em sua chapa ao Senado porque participara de uma articulação que não fora discutida com a corrente feminista de Marielle. Foi dito também que Talíria não aceitaria assumir esse posto ao lado de Chico, como se cogitou no PSOL para acalmar os ânimos, pois pareceria um prêmio de consolação.

As conversas gravadas revelaram duas atitudes de Marielle em decorrência da candidatura abortada: desconforto e temor pela reação de Talíria. Em uma ligação do dia 31 de janeiro, por exemplo, Pâmella aconselhava Marielle a “abrir o coração” com a amiga de Niterói e relatar as pressões que vinha sofrendo no partido. Em outra ligação, registrada no dia 10 de março, Marielle comentava com CRO — identificado por amigos da parlamentar como Ricardo de Freitas Brito, assessor de Chico Alencar — que, na escolha entre as duas vereadoras para a vaga de vice-governadora, seria preciso lembrar que ela obtivera 50 mil votos, enquanto Talíria, 6 mil. Conforme o relatório da polícia, após Marielle dizer para “deixar quieto por enquanto”, ela encerrava a conversa dizendo a CRO que não queria estar num lugar “sabendo que tem uma amiga dela [Talíria] se fodendo”.

Após decupar um ano de conversas gravadas, a DH não encontrou no material uma pista sequer que pudesse levar ao esclarecimento do duplo homicídio, nem tampouco qualquer tipo de menção a ameaças eventualmente sofridas por Marielle. Aliás, as querelas entre ela e o PSOL nunca estiveram no horizonte dos investigadores como indício para a elucidação do crime. Seguindo um dos conselhos de Pâmella, Marielle se encontrou com Talíria

Naquele dia, por volta das nove da noite, já no Agile a caminho de casa após o debate, Marielle estava cansada, mas, finalmente, conformada com o fato de sua posição ter ficado definida no partido. Na reunião do dia seguinte, na sede do PSOL, ela teria seu nome oficializado como candidata a vice e poderia dar andamento às providências necessárias já pensando na campanha. Dentro do Agile, ela disse a Fernanda:

— Graças a Deus acabou tudo isso.

Conforme relata sua ex-assessora, ela queria virar a chave para começar a pré-campanha. Seria um reinício. Mas a reunião nunca aconteceria.

Tia Sol não pôde ir ao velório de Marielle e Anderson, realizado na tarde do dia 15 de março no Salão Nobre da Câmara dos Vereadores, que ficou lotado. Diante dos caixões, milhares de pessoas se despediram da vereadora e de seu motorista aos gritos de “Marielle, presente!”. Tia Sol também não pôde comparecer ao enterro da “prima-sobrinha”, no fim da tarde, no Cemitério São Francisco Xavier, no Caju, Zona Portuária do Rio. Nem no de Anderson, no Cemitério de Inhaúma, na Zona Norte.

Chegaria ao Rio de Janeiro apenas no dia 20 para assistir a uma cerimônia ecumênica na Cinelândia, em memória de Marielle e Anderson, da qual participaram centenas de pessoas. Cerca de um ano depois, Tia Sol criaria um grupo no WhatsApp denominado “Tributo a Marielle JP”, sigla de João Pessoa, a cidade em que lia histórias para a menina “que aprendia rápido e levou isso para o mandato”.

+++

avisados de que a ação eclodiria, os peemedebistas tentaram uma manobra política. A manobra consistia em nomear o deputado Edson Albertassi, a partir de um processo-relâmpago, conselheiro no TCE-RJ (Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro) para a vaga deixada pelo seu ex-presidente Jonas Lopes de Carvalho Júnior, aposentado por força de um acordo de delação premiada. Nessa condição, Albertassi obrigaria a força-tarefa da Lava Jato a deslocar os pedidos de prisão dos deputados das mãos do desembargador Abel Gomes, do TRF2 (Tribunal Regional Federal da 2ª Região), para a livre distribuição a um dos ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça), em Brasília, deixando incerto o sucesso da ação policial. Pela Constituição, conselheiros de tribunais de contas dos estados e dos municípios têm foro no STJ. Liderada pelo próprio Picciani, a manobra só não teve êxito porque o PSOL agiu rápido.

Uma ação popular ajuizada cinco dias antes das primeiras prisões pelo deputado estadual Marcelo Freixo, junto com o colega de partido Eliomar Coelho, impediu a nomeação de Albertassi. Da iniciativa do PSOL, decisiva para garantir a prisão dos acusados, derivou uma das mais importantes linhas de investigação sobre a morte de Marielle e Anderson: a que considera o duplo homicídio um crime de vingança contra Freixo, em razão do seu papel na contraofensiva para barrar a ascensão de Albertassi ao TCE. Até meados de 2020, pistas relevantes mantinham tal hipótese no horizonte dos investigadores. A execução da vereadora e de seu motorista não teria ocorrido, necessariamente, a mando dos três deputados presos, mas por parte de grupos que tiveram seu poder político diretamente prejudicado pela operação.

Desde a prisão de Cabral e de parte de seu secretariado, o medo

novembro. Indagado meses depois, Freixo contaria que Albertassi talvez se referisse à reunião que solicitara com a bancada estadual do PSOL na época para explicar sua súbita candidatura ao TCE. Dentro do próprio PSOL, porém, disseminou-se certa desconfiança de que Freixo e Picciani mantivessem um discreto acordo de não agressão, segundo o qual o primeiro evitava criar problemas para o segundo desde que este não atrapalhasse sua luta contra as milícias.

Foi sob a presidência de Picciani na Alerj que a CPI das Milícias foi instalada em 2008 e projetou Freixo na política, a ponto de inspirar o personagem Diogo Fraga, o deputado do filme *Tropa de Elite 2* (2010). Naquele mesmo período, Freixo também pôde assumir sem dificuldades a presidência da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj, nomeando um estafe que incluía Marielle como coordenadora da comissão. Ambos, Picciani e Freixo, chegaram a assinar dois projetos de lei em conjunto: um para que a revista íntima no sistema penitenciário fosse substituída pelo uso de escâner corporal e outro a favor da criação de comitês no Parlamento de prevenção à tortura.

Questionado em reportagem intitulada “O rei do gado”, estampada na capa da revista *piauí* de março de 2017, Freixo alegou que convidara Picciani para assinar os projetos porque queria garantir sua aprovação. “Se preciso me associar ao Picciani para combater a tortura, eu vou fazer isso”, declarou o deputado. Para ressaltar que ambos não bebiam da mesma fonte, o deputado do PSOL lembrou que sua bancada sempre votou contra o deputado nas disputas para a presidência da Alerj das quais Picciani participava.

De acordo com a reportagem, no entanto, ao declarar seu voto na eleição de Picciani em 2009, Freixo fez um volteio retórico que

3.

**As testemunhas que a
polícia não viu**

jovens como sendo um negro e um branco. Os dois presos eram negros.

Do ponto de vista da polícia, tudo estava resolvido, até um terceiro jovem, com pelo menos 20 anotações criminais, se entregar, na delegacia do Engenho Novo, no subúrbio do Rio, confessando participação no crime. Acompanhado do pai e de uma irmã, ele inocentou o jovem de 16 anos. Imediatamente a DH tentou abafar o erro, mas policiais da delegacia do bairro vazaram para a imprensa a informação e por isso a DH se viu forçada a marcar, às pressas, a tal coletiva, a fim de justificar-se perante a sociedade. No dia agendado para a coletiva, Rivaldo entrou em férias e a delegada responsável pelas investigações, Patrícia Paiva de Aguiar, não apareceu no trabalho. Coube a Ginton, que nem sequer estava acompanhando o caso, dar explicações aos repórteres, inclusive estrangeiros, na sala do titular, que ficou lotada.

— Vamos fazer uma acareação — declarou ele. — O caso não está encerrado. Precisamos reavaliar todo o procedimento, apesar de termos seguido os protocolos. Polícia séria trabalha com informação.

A entrevista durou menos de dez minutos e todos foram convidados a se retirar. Do ponto de vista de seus superiores, Ginton se saiu razoavelmente bem naquela constrangedora situação. Em novembro de 2015 seria promovido a titular da DHBF, localizada no município de Belford Roxo, região com alto índice de violência.

+++

depois do crime à DH, onde deixaria registrados basicamente dados pessoais. O educador foi convocado em abril, quando então detalhou que escutou os disparos ao abrir o portão da garagem do prédio para uma assistente social sair de carro, mas pensou que fossem estouros de pneus. Também os familiares das vítimas, fundamentais para um levantamento de eventuais indícios que ajudassem a montar uma lista de possíveis suspeitos, demoraram a ser procurados. A filha da vereadora, Luyara, e o deputado Marcelo Freixo seriam convidados a depor apenas no segundo semestre daquele ano.

Assim, se a equipe que saía do caso realizara um trabalho desleixado e pouco eficiente, a equipe que entrava na DH, por mais que tentasse organizar o caos, deixaria igualmente falhas em sua atuação. As duas turmas, porém, não se furtaram a ouvir os colaboradores de Marielle e os demais vereadores em busca de informações sobre supostas ameaças de morte. Concluíram que ela poderia ter, sim, inimigos diversos, justamente pelo amplo ideário de seu mandato, mas tal conclusão não contribuiu para dar uma direção à investigação. Por outro lado, alguns policiais revelaram ter percebido, pelos depoimentos de diversos vereadores, que Marielle tinha uma grande capacidade de encantar as pessoas, até mesmo os rivais, a ponto de um dos investigadores comentar, admirado:

— Não sei o que essa mulher tinha. Todo mundo era apaixonado por ela. Tem vereador que veio depor aqui e disse ter brigado com ela no plenário, mas que tudo ficava por lá mesmo.

Todavia nenhuma das equipes tentou encontrar transeuntes que tivessem passado pela região por volta do horário do ataque. Afinal, a execução ocorrera em frente à Joaquim Palhares, uma rua de passagem e um dos acessos à estação do metrô do bairro. Ninguém,